



Breve análise sobre a vida dos judeus durante o exílio babilônico e seus resultados para o judaísmo

Euler Lopo Romero¹



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p8177-8193>

Artigo recebido em 3 de Outubro e publicado em 3 de Dezembro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

A experiência do cativo babilônico ocorrido entre os séculos VI e V a.C. foi uma realidade traumática para o povo judeu, mas ao mesmo tempo também foi uma oportunidade na qual instituições foram estabelecidas com o propósito de criar um judaísmo puro. A realidade experimentada sob a política babilônica permitiu uma alocação menos traumática comparada ao cativo egípcio, já que foram alocados em comunidades, possuíam terras férteis e algumas instituições foram preservadas. Esses fatores permitiram desenvolver alguns elementos que pudessem propor uma esperança de manutenção e reconstrução do judaísmo e seus símbolos. Como decorrência dessa realidade, somada a uma atividade profética intensa no período, proporcionou um forte retorno ao pacto mosaico (sinaítico). Resultado dessa conjunção, alguns elementos decorrentes da experiência do exílio permitiu o desenvolvimento e o fortalecimento de algumas instituições que permitiram a preservação e a expansão do judaísmo. Alguns autores propõem que as instituições que emergiram deste período foram em ordem de importância: Sinagogas, Sinédrio (fortalecimento do conselho de anciãos), Farisaísmo, estabelecimento do Cânon Hebraico e o estudo intenso da Lei de Moisés. O objetivo deste artigo é através de uma revisão bibliográfica qualitativa analisar a vida cotidiana do povo judeu durante o cativo babilônico e entender o surgimento de instituições como a Sinagoga, o Sinédrio, o Farisaísmo e suas contribuições para o fortalecimento de um judaísmo puro, monoteísta estabelecido e firmado no estudo da Lei de Moisés. Também se estudará o aporte do ministério profético de Ezequiel e Esdras para o fortalecimento do povo e a criação das instituições citadas.

Palavras-chave: Cativo, Sinagoga, Sinédrio, Fariseus, Judaísmo.



A brief analysis of Jewish life during the Babylonian exile and its consequences for Judaism

ABSTRACT

The experience of the Babylonian captivity between the 6th and 5th centuries BCE was a traumatic reality for the Jewish people, but at the same time it was also an opportunity in which institutions were established with the purpose of creating a pure Judaism. The reality experienced under Babylonian rule allowed for a less traumatic allocation compared to the Egyptian captivity, since they were housed in communities, possessed fertile lands, and some institutions were preserved. These factors allowed for the development of elements that could offer hope for the maintenance and reconstruction of Judaism and its symbols. As a consequence of this reality, coupled with intense prophetic activity during the period, there was a strong return to the Mosaic (Sinaitic) covenant. As a result of this conjunction, some elements stemming from the experience of exile allowed for the development and strengthening of some institutions that enabled the preservation and expansion of Judaism. Some authors propose that the institutions that emerged from this period were, in order of importance: Synagogues, Sanhedrin (strengthening of the council of elders), Pharisaism, establishment of the Hebrew Canon, and the intense study of the Law of Moses. The objective of this article is, through a qualitative bibliographic review, to analyze the daily life of the Jewish people during the Babylonian captivity and to understand the emergence of institutions such as the Synagogue, the Sanhedrin, Pharisaism, and their contributions to the strengthening of a pure, monotheistic Judaism established and grounded in the study of the Law of Moses. The contribution of the prophetic ministry of Ezekiel and Ezra to the strengthening of the people and the creation of the aforementioned institutions will also be studied.

Keywords: Captivity, Synagogue, Sanhedrin, Pharisees, Judaism.

Instituição afiliada – ¹ Faculdades EST (EST)

Autor correspondente: Euler Lopo Romero, lopo.romero1978@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

As narrativas bíblicas apresentam lacunas quanto a vida social e religiosa do povo judeu durante o período compreendido como cativeiro babilônico, iniciado durante o reinado de Nabucodonosor. Existem relatos no texto bíblico sobre os fatos históricos das invasões, da conquista de Jerusalém, das deportações da destruição do Templo, dos movimentos proféticos, mas pouca informação há sobre a vida dos deportados. Marcelo Rede afirma que os relatos são “centrados na elite, sobretudo dinástica. O cotidiano da massa de deportados é praticamente ausente” (Rede, 2019, p. 1). Em Ezequiel são apresentadas algumas narrativas da vida do profeta entre os deportados. Por outro lado, Jeremias descreve as situações políticas conturbadas que se desenvolvem em Jerusalém. Diante desta realidade, e de que os outros escritores bíblicos não descrevem essa lacuna de tempo, onde o próprio Marcelo Rede citando Albertz afirma que “o aparente vazio de informações é, por assim dizer, programático, pois permite pôr em evidência a suspensão da história de Yahweh com seu povo” (Rede, 2019, p. 2; Albertz, 2012, p. 20-33). Logo, diante desta ausência de informações, dúvidas sobre a vida cotidiana podem surgir, tais como: qual era a realidade dos deportados? Eles viveram como no período da opressão Egípcia? Onde foram alocados? Qual a visão de Babilônia com essa população oriunda de Jerusalém? Possuíram alguma concessão por parte de Babilônia? Esse período proporcionou algum legado posterior? Todas essas inquietações conduzem a uma linha principal de questionar e ao objetivo da pesquisa, relatado na pergunta: como foi a realidade social e religiosa dos deportados de Jerusalém para Babilônia?

Diante desses questionamentos, procurando uma resposta para a pesquisa, partindo da hipótese de que o cativeiro babilônico não foi tão negativo para o povo judeu, a ponto de produzir alguns legados, como algumas instituições (Sinagoga, Sinédrio e Farisaísmo); esta pesquisa quanto ao seu objetivo será exploratória e quanto a seu procedimento técnico será uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos é uma revisão bibliográfica, com realização de consultas a livros, artigos físicos e eletrônicos, com revisão, análise e seleção dos dados apurados, com o propósito de obter informações, nem tanto de caráter arqueológico,



mas sim social e religioso sobre o período compreendido entre os séculos VI e V a.C. A pesquisa discutirá o período pós-exílio e a reconstrução da identidade do povo judeu. A partir de fontes históricas e bíblicas, o estudo busca compreender os desdobramentos desses eventos e sua relevância teológica para a fé e a identidade do povo Judeu a partir de uma análise histórica-bíblico-teológica. Utilizando fontes históricas e bíblicas, buscará compreender como esses eventos influenciaram a trajetória do povo de Israel e moldaram sua experiência religiosa, reforçando a necessidade de renovação espiritual e reafirmação da fé em Deus.

METODOLOGIA

Este artigo baseia-se em pesquisa histórica-bíblico-teológica com abordagem qualitativa, utilizando um método analítico-descritivo para abordar os eventos do exílio babilônico, seu fim e as transformações religiosas e culturais que marcaram o período pós-exílio do povo judeu. Para tanto, foi realizado um estudo com base em fontes primárias e secundárias.

Entre as fontes primárias, encontram-se os textos bíblicos do Antigo Testamento, especialmente os livros de Esdras, Neemias e Ezequiel, bem como textos proféticos e sapienciais relacionados ao contexto do exílio e da restauração. Esses textos foram analisados sob uma perspectiva teológica, levando-se em consideração seu contexto histórico, literário e religioso.

Como fontes secundárias, foram consultadas obras de especialistas em História de Israel, arqueologia bíblica e estudos do Antigo Testamento, como Carlesso (2024), Carter (2014), Edersheim (1997), Ellis (2014), Gillis (1991), Kaefer; Frizzo; Marques (2022), Kessler (2009), Pfeiffer (2006), Schwantes (2009), R. de Vaux (2003) Yates; Corona (2002) e Wood (1989), entre outros. Essas obras oferecem interpretações críticas e contextualizadas que enriquecem a compreensão dos eventos históricos e sua relação com o desenvolvimento da fé judaica.

Ao longo do estudo, o método hermenêutico foi empregado para interpretar os textos sagrados em seu contexto original, para estabelecer conexões entre dados arqueológicos, fontes literárias e o contexto sociopolítico do povo judeu durante e



depois do exílio.

A combinação dessas abordagens permite uma leitura integrativa que reconhece tanto o valor religioso quanto o histórico dos eventos, com o objetivo de compreender o significado do exílio babilônico e seu impacto na identidade, espiritualidade e organização do povo judeu no período pós-exílio.

O CATIVEIRO

Entre os anos de 597 e 538 a.C., o rei da Babilônia, Nabucodonosor derrotou o reino do sul (Judá) e levou o povo de Judá ao exílio em várias fases (2Rs 24:10 – 25:21). O exílio babilônico culminou com a destruição do Templo de Jerusalém (2Rs 25:9). Os escritores bíblicos relacionaram o exílio de Babilônia com os muitos pecados do povo de Judá (Lm 1:5). Joel Jupp elenca que entre esses pecados, se destacaram a adoração a Baal (Jr 32:35); opressão aos pobres (Jr 5:28–29) e transgressão da Lei de Deus (Decálogo). Ele também propõe uma efervescência profética no período, incluindo profetas anteriores ao exílio como Isaias, Oseias, Amós, Naum, Habacuque, Sofonias e Jeremias (sendo os dois últimos também classificados como exílicos). Esses profetas preservaram antigas tradições religiosas, as reinterpretaram para alcançar uma mudança social controlada e pronunciaram oráculos contra os inimigos de Israel. Pouco se sabe sobre a vida pessoal e o comportamento dos profetas, já que a ênfase é dada às suas mensagens. Não estavam extasiados nem frenéticos, nem eram particularmente propensos a visões (exceto Jeremias) (Jupp, 2014).

Gretchen Ellis propõe que com a queda da monarquia davídica em 520 a.C., o modelo clássico de profecia israelita também caiu. A profecia chegou a ser vista como uma prerrogativa de um indivíduo inspirado específico (Is 63) ou como um espírito generalizado disponível para toda a comunidade religiosa (Jl 3). Já a profecia pós-exílica desenvolveu um ímpeto claramente futurista, primeiro que já não se preocupava com o passado, nem sequer pelo presente sociopolítico, senão com a restauração escatológica prometida por Yahweh e a teofania final. As profecias exílicas e pós-exílicas contêm mais referências a visões do que as profecias anteriores ao exílio. Se diz que Obadias, Zacarias e Ezequiel receberam mensagens em visões. Gretchen Ellis citando Wilson afirma que



**Breve análise sobre a vida dos judeus durante o exílio babilônico
e seus resultados para o judaísmo**

Euler Lopo Romero.

a profecia do exílio se concentrou em predizer a restauração vindoura de Israel e denunciar aos inimigos de Israel, a profecia posterior ao exílio insinua a existência de facções em competição dentro da comunidade israelita e pode ter possuído uma intenção polêmica prerrogativa de um indivíduo inspirado específico (Ellis, 2014).

Ezequiel foi o profeta mais proeminente entre os deportados em Babilônia. Era um cortesão jovem e aristocrata descendente de Sadoc. Kyle M. Yates e Simón Corona (2000, p. 250) afirmam que Ezequiel “é o homem de maior influência em todo o curso da história hebraica.” Ainda jovem, foi poderosamente influenciado pela pregação de Jeremias e pelo valor e determinação de Josias em suas reformas religiosas. A ponto de “Osterley e Robinson sustentarem que Ezequiel profetizou em Jerusalém entre 602 e 597 A. de C., e que os capítulos 1 ao 24 foram escritos durante esse período” (Yates; Corona, 2002, p. 254). Levado cativo em 598/7 a.C. para Babilônia junto com o grupo dos 10.000 cativos e o rei Zedequias; Ezequiel iniciou suas funções proféticas em 593 a.C., e durante seis anos observou diligentemente como as predições dos falsos profetas sobre um breve retorno a Jerusalém caíam por terra. Os hebreus cativos foram obrigados a estabelecer-se ao longo do canal de Chebar, ao leste de Babilônia, a cidade mais bela do mundo nesse tempo. Sua tarefa foi de advertir, exortar, consolar, afugentar temores, fundar esperanças quanto ao futuro e atuar como um homem honesto, durante os dias calamitosos do cativeiro. Quando os outros cativos chegaram em 587 a.C., seu trabalho duplicou. Possivelmente seu ministério se prolongou por mais ou menos 22 anos (Yates; Corona, 2002, p. 248-252).

Após a queda de Babilônia e a ascensão do império Medo-Persa e o edito de Ciro em 539 a.C., concedendo a libertação aos cativos o profeta que se destaca entre os remanescentes na Babilônia é Esdras. Sobre a vida, obra e legado dele, Longman (2014, p. 604) afirma que Esdras “era sacerdote e mestre da Lei de Deus (Es 7:11)”, Francis Nichol (2011, 1 v. p. 54) diz que ele “iniciou a viagem de retorno cerca de 80 anos mais tarde”, após o decreto de Ciro. Flavio Josefo coloca a conclusão do cânon do Antigo Testamento no tempo de Esdras e Neemias (Nichol, 2011, 1 v. p. 14), reforçando sua importância e legado.

O que mais se pode dizer sobre Esdras é apresentado por Carroll Gillis, que apresenta alguns atributos também:



Breve análise sobre a vida dos judeus durante o exílio babilônico e seus resultados para o judaísmo

Euler Lopo Romero.

Ele fez muito em relação a formação do cânon, ainda que não tanto como a tradição judaica lhe credita. Fez cópia dos manuscritos antigos, adotando, em vez da antiga ortografia hebraica, as letras quadradas do arameu, idioma de Babilônia que os judeus falaram durante o cativeiro e depois de sua restauração à sua terra. A atenção que Esdras prestou à leitura da Lei deu um impulso ao seu estudo que posteriormente foi uma característica do judaísmo. Enfim, Esdras pode ser considerado como o fundador do judaísmo, como este se conhece nos dias de Jesus, ainda que não com as tendências extremas a que aquele judaísmo tinha chegado (Gillis, 1991, 5 v. p. 18).

A VIDA NO CATIVEIRO

Analisando um pouco o estado de ânimo do povo cativo o que se vê é um cenário bem complexo; tanto que Kyle M. Yates e Simón Corona descrevem alguns elementos como “o povo judeu tinha passado; seu Templo estava em ruínas; a vida nacional estava em bancarrota; de forma que qualquer oportunidade de confiança e prosperidade, parecia ilusória. Abundavam falsos profetas. As queixas, as murmurações e os lamentos enxiam os ares” (Yates; Corona, 2002, p. 250). Carroll Gillis acrescenta que “com o início do cativeiro, os que haviam sido levados para Babilônia perderam sua independência, e com isso chegaram a um estado de desespero que recusaram ser consolados” (Gillis, 1991, 5 v. p. 16). Milton Schwantes (2009, p. 24) elenca um elemento a mais, onde afirma que “em um sentido mais amplo, os exilados são escravos.”

Por outro lado, Leon Wood apresenta que a vida do cativo judeu foi comparativamente agradável; algo bem diferente do que foi experimentado pelos seus antepassados no Egito. Para tanto ele advoga os seguintes pontos: conservação das instituições – os anciãos, os profetas e os sacerdotes. Liberdade de movimento – os cativos podiam se movimentar pela terra, se deslocar de uma parte a outra e alguns até possuíam suas casas. Privilégios de correspondência. Oportunidade de trabalho. Terra fértil para viver; contudo, ainda era um castigo, pois estavam cativos (Wood, 1989, p. 410-411). Somando a esses argumentos Charles Carter diz que “muitos dos judeus deslocados foram instalados em colônias agrícolas, enquanto outros parecem que foram integrados nas instituições que pretendiam apoiar ao Estado dentro e nos arredores da própria cidade de Babilônia” (Carter, 2014, p. 314). Carter (2014, p. 318) ainda diz que “a política babilônica parecia permitir que os grupos étnicos se mantivessem juntos em coletivo, evidentemente pensando que em certo grau a continuidade social permitiria



que o trabalho fosse mais produtivo.” Segundo Milton Schwantes, o grupo maior permaneceu agrupado, vivendo junto, num mesmo lugar. Isso foi muito importante para a sobrevivência deles. “Por estarem agrupados, puderam continuar a preservar sua língua, seus ritos, seus costumes, sua religião. Mantiveram, pois sua identidade de deportados de origem comum. Continuaram a crer em Javé” (Schwantes, 2009, p. 24). Também a localização onde foram assentados ao longo do canal de Chebar, ao leste de Babilônia (Yates; Corona, 2002, p. 249), relativamente próximo a capital do império e num local que permitia a subsistência, influenciou em manter um espírito mais passivo diante do cativo.

Sobre as políticas de controle imposta aos judeus cativos pelo Império Babilônico, Alfredo Boente afirma o seguinte, acrescentando elementos a Wood:

O controle sobre os judeus era exercido de duas maneiras: primeiro, em relação à circulação, já que, embora pudessem se deslocar dentro de seus assentamentos, não lhes era permitido sair sem a devida autorização; segundo, durante esse período, os impostos permaneceram em vigor sobre tudo o que era produzido. Na verdade, não havia um controle rigoroso sobre o tipo de trabalho agrícola realizado, mas os impostos incidiam sobre a produção gerada (Boente, 2025, p. 11-12).

Numa perspectiva diferente do estado emocional do povo, José Ademar Kaefer fala sobre os que permaneceram em Judá; pois a maior parte dos cativos vieram de Jerusalém, restando os camponeses que viviam nos arredores.

Durante os anos em que durou o exílio babilônico, a maioria da população permaneceu em Judá, em posse de seus tradicionais afazeres: camponeses, antigos sacerdotes, escribas, comerciantes, artesãos e dezenas de outros profissionais seguem no controle de suas costumeiras atividades. Oportuno notar que estamos diante de uma sociedade que, embora tenha visto os resultados das guerras impostas pelo rei Nabucodonosor, não se sentiu na obrigatoriedade de mudar seu estilo e ritmo de vida (BARSTAD, 2003, p. 5). Jerusalém segue como centro de peregrinação por excelência. Ofertas de cereais, peregrinações ao redor das ruínas do tempo recordando a suntuosidade do templo e glórias passadas, sob as lideranças dos levitas remanescentes (Kaefer; Frizzo; Marques, 2022, p. 253).

Em contrapartida, algumas coisas devem ajudar a esclarecer um pouco mais sobre a vida daqueles que ficam em Judá. Para tanto, Alfredo Boente afirma que “em Judá, restou apenas a parcela menos favorecida da população — os pobres —, que mais tarde foram em sua maioria assassinados por Ismael, enquanto o restante refugiou-se no Egito, esvaziando completamente o território de Judá” (Boente, 2025, p. 5).



*Breve análise sobre a vida dos judeus durante o exílio babilônico
e seus resultados para o judaísmo*

Euler Lopo Romero.

Fabrizio Catenassi (2018, p. 188) afirma que “infelizmente, ainda temos poucos recursos extrabíblicos para reconstruir a vida da população durante esse período. Sabemos que a elite real, administrativa e religiosa de Judá estava na Babilônia.” José Ademar Kaefer também apresenta outras situações que vieram a beneficiar o povo em decorrência do cativo.

O rei Joaquin e seus notáveis – a elite política, eclesiástica e tecnológica – viviam na condição de súditos, levando uma vida relativamente livre (PERDUE; CARTER, 2015, p. 78). Para eles, que tinham formação intelectual e técnica, a vida na Babilônia deve ter dado muitas oportunidades de aprimorar sua formação, com a civilização avançada da Babilônia, e obter serviço público e posição elevada. Com o passar do tempo, muitos judaítas entraram no comércio e no serviço público, se enriqueceram e permaneceram na Babilônia e, posteriormente, na Pérsia após o exílio (Ed 1,6; 2,68-69) (Kaefer; Frizzo; Marques, 2022, p. 224).

Paul-Alain Beaulieu, afirma que o exílio teve um impacto profundo sobre a cultura do antigo Israel. Na Babilônia o aramaico se converteu no idioma principal da Diáspora. A escrita quadrada aramaica se adaptou ao idioma hebreu e chegou a ser o que hoje é a escrita quadrada hebraica (Beaulieu, 2014, p. 600). Charles E. Carter (2014, p. 318–319) diz que “ainda que existam poucos, se acaso há, relatos de primeira mão sobre a vida dos exilados no cativo, parece que muitos se adaptaram facilmente ao seu novo entorno.” Tanto que aqueles que fizeram a viagem de volta aparecem em uma lista em Esdras 2, indicando que o número foi de 42.360, além de 7.337 servos (Ed 2:64-65). Provavelmente não incluiu a maioria é o que afirma Leon Wood (1989, p. 417). Logo, não se pode duvidar que houve um impacto significativo sobre a vida de Judá devido a ocupação babilônica (Carter, 2014, p. 318). A tal ponto que Reiner Kessler (2009, p. 205-206), citando a Flávio Josefo diz que muitos “permaneceram na Babilônia, porque não queriam abandonar as suas posses.”

Mas as influências não pararam por aí; as mais marcantes viram no aspecto religioso. “Ainda que politicamente submetidos, suas instituições religiosas haviam permanecido praticamente intactas depois da conquista de Babilônia pelos persas; e as famílias sacerdotais hereditárias eram a aristocracia da terra,” afirma Williston Walker (1918, p. 11-12). José Ademar Kaefer (Kaefer; Frizzo; Marques, 2022, p. 207) diz que “na realidade de destruição e de deportação, sem rei e sem templo, na qual o povo perdera toda a esperança, os escribas levitas tentavam animá-lo e orientá-lo para a vida e a



felicidade: o arrependimento, a conversão, a obediência à Lei e a volta a Javé (Dt 30,15-16)." E Carroll Gillis sustenta que foi durante o cativeiro que "surgiram as principais características do judaísmo: o estudo intenso da Lei de Moisés, que mais tarde teve seu pleno cumprimento no caráter do farisaísmo, e das duas instituições mais importantes da sua história posterior, o sinédrio e a sinagoga" (GILLIS, 1991, 5 v. p. 18).

A partir desta perspectiva de Carrol Gillis serão analisadas as instituições que surgirão no período do exílio babilônico e no período pós-exílio.

A Sinagoga

A palavra sinagoga deriva do grego, naturalmente, e significa reunião congregada – para propósitos religiosos. Os termos rabínicos correspondentes «cheneseth», etc., «zibbur», «vaad» y «kahal», podem ser geralmente tomados como equivalentes é o que declara Alfred Edersheim (1997, p. 265). Já o termo *sinagōgē* designa a casa de oração judia. A tradição sugere que as primeiras sinagogas foram estabelecidas durante o cativeiro babilônico (Pfeiffer, 2006. p. 580). Mas essa origem não é tão clara, tanto que R. de Vaux (2003, p. 342) propõem que:

a origem das sinagogas é algo obscuro, onde se aceitam as seguintes possibilidades: começou na Babilônia durante o Exílio, que nasceu na Palestina depois de Esdras e Neemias, ou somente depois do fim da época persa. Alguns estudiosos isolados pensam que foi uma criação palestinese anterior à queda do Templo; ela seria uma consequência da reforma de Josias.

Corroborando com a proposta de R. de Vaux sobre a obscuridade, Edersheim (1997, p. 265) afirma que "a origem da sinagoga se perde na escuridão da tradição. Naturalmente, como sucede com tantas instituições, os rabinos a remontam aos patriarcas." Citando tanto o Targum de Jonatan como o Targum de Jerusalém "apresentam a Jacó como assistente à sinagoga, e a Rebeca indo a ela para receber conselhos quando sentiu dentro de si a luta sobrenatural entre seus dois filhos" (EDERSHEIM, 1997, p. 265). Uma parte dos estudiosos como Williston Walker (1918, p. 12) conclui dizendo que "sua origem é imprecisa, remontando provavelmente ao exílio. O que é notório é a declaração veemente de Edersheim (1997, p. 266) dizendo que:

privados dos serviços do Templo, veio a ser necessário algum tipo de reunião religiosa, para que o povo não caísse num paganismo prático, um perigo que desde o início, e apesar das advertências dos profetas e da perspectiva da



libertação anunciada, não foi totalmente evitado. A instituição das sinagogas parecia necessária e desejável também para a preservação do vínculo nacional que conectava a Israel, além da manter sua existência religiosa.

Charles F. Pfeiffer (2006, p. 580) diz que “depois do decreto de Ciro, os exilados voltaram para Jerusalém e reconstruíram o Templo. Contudo, a sinagoga continuou sendo instituição do judaísmo palestino, e onde houvesse um grupo de judeus se edificou uma sinagoga.” Tanto que a sinagoga servia de escola comunitária, lugar de concílios locais religiosos e políticos, e como igreja ou centro de adoração (Champlin, 2001, 7 v. p. 5297). Na percepção de Carlesso (2021, p. 133) “a sinagoga passou a ser o novo lugar de oração, tendo por eixo central a Palavra. O Templo estava centrado no sacrifício. Desta forma, a sinagoga propunha a teologia da Palavra e não do sacrifício. A Palavra passou a ter a prioridade e a ser mais valorizada.”

R. de Vaux acrescenta uma discussão ao afirmar que havia uma sinagoga ao lado do Templo. Onde ele diz que “quando o judaísmo foi finalmente constituído, em toda as comunidades judaicas da Palestina, da Diáspora e em Jerusalém, até ao lado do Templo, havia edifícios onde não se celebrava nenhum culto sacrificial mas onde havia reuniões para oração e para a leitura dos ensinamentos da Lei, essas são as sinagogas” (VAUX, 2003, p. 342). Edersheim vai além ao dizer que “a sinagoga tomou o lugar do Templo, e o diminuiu, incluso dentro de seus próprios muros, com uma incongruente mescla de um culto de ordenação humana com os ritos típicos ordenados por Deus para o Santuário” (EDERSHEIM, 1997, p. 278). E Carroll Gillis conclui o tema em uma única declaração falando sobre a origem das sinagogas e sua rivalidade com o tempo.

Já não havendo templo, o povo no cativeiro se reunia em pequenas congregações para orar e conversar sobre a religião, geralmente junto aos rios, essas pequenas reuniões cresceram a organização que persistiu ainda depois que o povo voltou a sua terra e que no tempo de Jesus era chamada de sinagoga, forte rival do templo na vida do povo (GILLIS, 1991, 5 v. p. 17).

O Sinédrio

O sinédrio (aramaico, do grego sunedrion – concílio) era o corpo governante da comunidade judia, o qual controlou sua vida religiosa e política até que foi derrubada a nação judaica em 70 d.C., sua origem é incerta. Os rabinos sustentam que começou com



os setenta anciãos que atenderam a Moisés (Ex 24:1); porém não existe evidência de que houvesse permanecido algum concílio organizado desde o tempo do êxodo. No período dos persas, os anciãos mencionados em Esdras (Ed 5:9; 6:7, 14; 10:8) e os “governantes do povo” no tempo de Neemias (Ne 2:16; 11:1) devem ter dirigido os assuntos da comunidade. A primeira referência clara de um corpo organizado é no tempo de Antíoco o Grande (223 – 187 a.C.). A composição dos membros era estabelecida pela idade e na quantidade de riqueza, e o presidente era o sumo sacerdote (Tenney, 2006, p. 556). Merrill C. Tenney apresenta algumas informações interessantes sobre a composição do sinédrio. “A membresia no sinédrio estava limitada a judeus de puro-sangue, e era uma posição de por vida. Sua jurisdição estava limitada a Judeia” (Tenney, 2006, p. 556). Na Palestina o sinédrio representava tanto o governo civil como o religioso. Já o sinédrio de Jerusalém estava associado com o Templo, e servia como a mais alta corte entre os judeus (At 9:2) (Pfeiffer, 2006, p. 580). Isso ocorreu porque a família real perdeu autoridade, se necessitava de outro tipo de organização que tomasse seu lugar, e dessa necessidade se originou o sinédrio, uma corte suprema composta de setenta homens nobres e importantes da nação, com um presidente (GILLIS, 1991, 5 v. p. 17).

Quais os deveres da corte? William M. Victor (2014) detalha:

Os deveres do concílio de anciãos eram semelhantes aos do conselho congregacional moderno e incluíam a supervisão geral sobre assuntos religiosos e seculares: propriedades congregacionais; beneficências; escolas; cuidado dos enfermos; sepultamentos; coleta de contribuições para o Templo em Jerusalém e mais tarde para o patriarca.

Os Fariseus

Um dos três partidos judeus que Josefo menciona, sendo que os outros dois são os saduceus e os essênios. Os fariseus eram os mais rigorosos (At. 26:5). Com toda a certeza, a seita dos fariseus apareceu antes da guerra dos Macabeus, como reação contra a inclinação de certos judeus em direção aos costumes gregos (Vila Ventura, 1985, p. 372). Pela linha mais estrita se supõe que existe uma proximidade dos fariseus com as sinagogas e com o sinédrio. Eles são membros de um partido judaico que exercia estrita piedade de acordo com a lei mosaica. Os fariseus eram uma seita dentro do



judaísmo primitivo, tornando-se ativos por volta de 150 a.C. e perdurando como um partido distinto até serem incluídos no movimento rabínico por volta de 135 d.C. (Johnson, 2016). Aceitavam todo o cânon do Antigo Testamento, porém davam atenção especial a uma observância rígida da lei oral ou tradição. Eram mais espirituais, crendo na existência de anjos e espíritos, na imortalidade da alma e na ressurreição do corpo (Lea, 2004, p. 74). Por esses elementos é fácil concluir a correlação deles com as duas instituições anteriormente citadas.

José Ademar Kaefer elenca que aspirações do período pós-exílio foram fundamentais para fortalecer essas instituições que tinham como objetivo manter um judaísmo puro. “Após o tempo do exílio, a religião renovada e praticada pelo grupo de Ezequiel se tornará a base do governo teocrata: a terra santa; o povo eleito; a lei da pureza; os ritos, circuncisão, sábado, jejum; a teologia da retribuição, a responsabilidade individual etc” (KAEFER; FRIZZO; MARQUES, 2022, p. 232). Corroborando com esse pensamento, Fabrizio Catenassi (2016, p. 191) afirma que “os sacerdotes no exílio ofereceram um modelo de caminho de santidade e pureza que forneceu um paradigma de obediência a Deus para redimir os pecados cometidos pelos israelitas e suas instituições falidas, especialmente a monarquia.” Concluindo esse pensamento, retornando a Kaefer, a declaração diz que

No exílio da Babilônia, não havia culto nem templo de Javé. Os exilados eram cercados pela religião poderosa e sofisticada da Babilônia. Ainda pela necessidade de trabalho, carreira e sobrevivência, os exilados vinham assumindo pouco a pouco a religião da Babilônia. Foi nessas circunstâncias que, embora já houvessem existido anteriormente, os ritos, como a prática do sábado, da circuncisão e das obras de piedade (oração, esmola e jejum), adquiriram o caráter fundamental para manter a aliança com Javé e garantir a coesão do grupo (KAEFER; FRIZZO; MARQUES, 2022, p. 230).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi estudado, conclui-se que o povo judeu viveu a dura realidade do cativeiro babilônico como uma consequência de seus atos e pela adoração a Baal – idolatria (Jr 32:35); opressão aos pobres (Jr 5:28–29) e transgressão da Lei de Deus (Decálogo). O distanciamento da vontade de Deus e o castigo trouxe uma série de mudanças e necessidades de purificação na prática religiosa. Em decorrência disso as



*Breve análise sobre a vida dos judeus durante o exílio babilônico
e seus resultados para o judaísmo*

Euler Lopo Romero.

práticas religiosas mudaram e instituições foram criadas e estabelecidas. Tanto que Carroll Gillis (1991, 5 v. p. 17) afirma que “somente depois do cativeiro foram desarraigados os distintos tipos de idolatria que haviam prevalecido antes; enfim, existiu um absoluto e puro monoteísmo depois do exílio que fazia distinguir-se o povo judeu das demais nações da terra.” As instituições que emergiram do exílio (Sinagoga, Sinédrio, Farisaísmo) ajudaram a cumprir esse propósito. As sinagogas se espalharam por todas as comunidades judaicas, dentro e fora de Israel; “em quase todas as cidades do Mediterrâneo oriental havia pelo menos uma sinagoga” (González, 2003, p. 28), pois ela representava a garantia da continuidade a fé judaica. Diferentemente do Templo único em Jerusalém, nessas comunidades havia uma ênfase muito forte na Palavra o que conduziu a formação do Cânon e fortaleceu o estudo da Lei de Moisés. Para manter esse sistema e cuidar dos aspectos religiosos e políticos, dada a falta da continuidade da dinastia davídica, o Sinédrio preencheu essa lacuna. Já do Sinédrio, para fortalecer o estudo da Lei de Moisés e a condução da Sinagoga, que posteriormente iria conduzir ao rabinato e ao judaísmo ortodoxo o partido dos Fariseus. A isso deve ser somada a obra de Ezequiel e Esdras.

Oskar Skarsaune na obra *À sombra do templo* apresenta o seguinte argumento para o crescimento e fortalecimento do judaísmo em decorrência do cativeiro babilônico.

A nação judaica foi, portanto, durante muito tempo, uma nação em miniatura que habitava as colinas da Judéia. Mas que em decorrência da expulsão da terra de Israel, mais as diásporas de Babilônia e do Egito, somada a uma iniciativa própria permitiu uma dispersão dos judeus por todo o mundo antigo. Tanto que “os historiadores do passado ficaram impressionados com o rápido crescimento dessas novas comunidades judaicas.” (Skarsaune, 2004. p. 62).

Por essa preocupação da preservação e expansão de um judaísmo puro se compreendeu que “guardar a lei não era uma condição de sua salvação, mas uma expressão complementar da graça de Deus para com ele como povo eleito”, é o que afirma Ralph Smith (2001, p. 121). Portanto, ainda que o povo tenha vivido uma série de infortúnios, dores e sofrimentos com o cativeiro babilônico, o período pós-exílio representou um tempo de renovação, no qual o povo judeu recriou sua identidade cultural e religiosa, estabelecendo os fundamentos do judaísmo que se desenvolveria nos séculos seguintes.



REFERÊNCIAS

ALBERTZ, Reiner. More and less than a myth: reality and significance of exile for the political, social, and religious history of Judah. In: AHN, John J.; MIDDLEMAS, Jill (Org.). **By the irrigation canals of Babylon: approaches to the study of the exile**. London-New York: T&T Clark, 2012.

BEAULIEU, Paul-Alain. História de Israel 6: o período babilônico. In: ARNOLD, Bill T.; WILLIAMSON, H. G. M (org.). **Diccionario del Antiguo Testamento: históricos**, compendio de las ciencias bíblicas contemporâneas. Barcelona, España: Editorial CLIE, 2014.

BOENTE, Alfredo. El cautiverio babilonico: una perspectiva histórica, exegética y teológica. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**. v.17, n.6, p. 01-26, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n6-075. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/8651/5943>. Acesso em: 30 nov. 2025.

CARLESSO, J. Nos salgueiros penduramos nossas harpas” (Sl 137,2): O exílio babilônico. **Estudos Bíblicos**. São Paulo, v. 34, n. 134, p. 120–135, 2021. Disponível em: <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/109>. Acesso em: 13 set. 2024.

CARTER, Charles E. Enfoques científico-sociales. In: ARNOLD, Bill T.; WILLIAMSON, H. G. M (org.). **Diccionario del Antiguo Testamento: históricos**, compendio de las ciencias bíblicas contemporâneas. Barcelona, España: Editorial CLIE, 2014.

CATENASSI, Fabrizio Z. **Bíblia: Introdução teológica e histórica de Israel**. Curitiba: Intersaberes, 2018.

CHAMPLIN, Norman. **O Novo Testamento interpretado versículo por versículo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hagnos, 2001. 7 v.

EDERSHEIM, Alfred. **Usos y costumbres de los Judíos en los tiempos de Cristo**. Viladecavalls, Barcelona: Editorial CLIE, 1997.

ELLIS, Gretchen Prophecy, In: BARRY, John D.; WENTZ, Lazarus (org.). **Diccionario Bíblico Lexham**. Bellingham, WA: Lexham Press, 2014.

GILLIS, Carroll. **El Antiguo Testamento: un comentario sobre su historia y literatura**. El Paso, TX: Casa Bautista de Publicaciones, 1991. 5 v.

GONZÁLEZ, Justo L. **Historia del cristianismo**. vol. 1 Miami, FL: Editorial Unilit, 2003.

JOHNSON, Bradley T. Pharisees. In: BARRY, John D. **The Lexham Bible Dictionary**. Bellingham, WA: Lexham Press, 2016.

KAEFER, José Ademar; FRIZZO, Antonio Carlos; MARQUES, Maria Antônia. **Uma**



História de Israel: leitura crítica da Bíblia e arqueologia. São Paulo, SP: Paulus, 2022.

KESSLER, Rainer. **História social do antigo Israel.** São Paulo: Paulinas, 2009.

LEA, Thomas D. **O Novo Testamento:** seu contexto e mensagem. El Paso, TX: Editorial Mundo Hispano, 2004.

LONGMAN III, T. Historia de Israel 7: el período Persa. In: ARNOLD, Bill T.; WILLIAMSON, H. G. M (org.). **Diccionario del Antiguo Testamento:** históricos, compendio de las ciencias bíblicas contemporâneas. Barcelona, España: Editorial CLIE, 2014.

JUPP, Joel P. Captivity. In: BARRY, John D.; WENTZ, Lazarus (org.). **Diccionario Bíblico Lexham.** Bellingham, WA: Lexham Press, 2014.

NICHOL, Francis. **Comentário bíblico Adventista.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. 9 v.

PFEIFFER, Charles F. Sinagoga. In: HARRISON, Everett F.; BROMILEY, Geoffrey W.; HENRY, Carl F. H. (org.). **Dicionário de Teologia.** Grand Rapids, MI: Challenge Books, 2006.

REDE, Marcelo. Al-Yahudu: os arquivos do exílio babilônico. **Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 104–120, 2019. DOI: 10.17851/1982-3053.13.25.104-120. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/23877>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SKARSAUNE, Oskar. **À sombra do templo:** as influências do judaísmo no cristianismo primitivo. São Paulo: Editora Vida, 2004,

SMITH, Ralph L. **Teologia do Antigo Testamento.** São Paulo: Vida Nova, 2001.

SCHWANTES, Milton. **Sufrimento e esperança no exílio:** história e teologia do povo de Deus no século VI a.C. 3. ed. São Leopoldo: Oikos, 2009.

TENNEY, Merrill C. Sanedrín. In: HARRISON, Everett F.; BROMILEY, Geoffrey W.; HENRY, Carl F. H. (org.). **Dicionário de Teologia.** Grand Rapids, MI: Challenge Books, 2006.

VAUX, R. de. **Instituições de Israel no Antigo Testamento.** São Paulo: Editora Teológica, 2003.

VICTOR, William M. Elder. In: BARRY, John D.; WENTZ, Lazarus (org.). **Diccionario Bíblico Lexham.** Bellingham, WA: Lexham Press, 2014.

VILA VENTURA, Samuel. **Nuevo diccionario biblico ilustrado.** Terrassa, Barcelona: Editorial CLIE, 1985.



***Breve análise sobre a vida dos judeus durante o exílio babilônico
e seus resultados para o judaísmo***

Euler Lopo Romero.

YATES, Kyle M.; CORONA, Simón. **Los profetas del Antiguo Testamento**. El Paso, TX: Casa Bautista de Publicaciones, 2002.

WALKER, Williston. **Historia de la iglesia cristiana**. Lenexa, KS: CNP, 1918. p. 11-12.

WOOD, Leon. **Panorama histórico de Israel**. Bogotá: Editorial Caribe, 1989.